

Myanmar: Prolongada prisão domiciliária de Aung San Suu Kyi

Diário Digital_27 de maio 2008

A Junta Militar de Myanmar (antiga Birmânia) prolongou hoje, após cinco anos de confinamento, a prisão domiciliária de Aung San Suu Kyi, Nobel da Paz e líder do movimento democrático do país. Suu Kyi foi informada da decisão do Governo de prolongar por mais um ano a sua ordem de detenção durante a visita que recebeu de um grupo de funcionários do Ministério do Interior, algumas horas antes do horário previsto para expirar a medida.

O regime militar, presidido pelo general Than Shwe, aplicou novamente a Suu Kyi a acta de segurança 10-B, que estabelece um período de detenção de cinco anos sem necessidade de julgamento, embora possa ser prorrogada por mais seis meses ou um ano, indicaram fontes da Liga Nacional pela Democracia (LND), partido que liderado. Os generais renovaram periodicamente, durante todos os anos que se passaram, a prisão domiciliária de Suu Kyi.

O prolongamento da detenção de Suu Kyi foi adoptado pelo regime militar depois de a comunidade internacional se ter comprometido a doar dezenas de milhões de dólares a Myanmar para ajudar os afectados pela passagem do ciclone Nargis.

Mianmar realiza plebiscito em meio aos estragos do ciclone Nargis

AFP_10 maio 2008

A população foi às urnas hoje em Mianmar para votar no referendo de uma nova Constituição, como exige o regime militar, uma semana após o devastador ciclone que deixou mais de 65 mil vítimas, entre mortos e desaparecidos, e 1,5 milhão de desabrigados. A votação é a primeira que realizada em Mianmar em 18 anos. No entanto, o regime adiou o plebiscito para o dia 24 de maio no delta do rio Irrawaddy, no sul, e em Yangun, as regiões mais afetadas pelo ciclone Nargis. No resto do país a votação começou às 06H15, horário local, segundo jornalistas.

As urnas foram instaladas, na maioria dos casos, em escolas. Em Hlegu, uma região ao norte de Yangun, poucas pessoas foram votar pela manhã. "Não sinto nada. Temos que fazer o que todo mundo faz e por isso votei 'sim', como todo mundo", confessou um eleitor de 35 anos que pediu para não ser identificado.

Apoiado pela ONU, o partido da oposição de Aung San Suu Kyi pressionou a junta militar para que o referendo fosse adiado e a ajuda às vítimas do ciclone fosse priorizada. No entanto, os generais mantiveram o plebiscito e apenas adiaram a votação em 47 regiões. Enquanto isso, a ajuda de emergência continua a chegar com dificuldades nas zonas mais afetadas devido às condições impostas pelo regime de Yangun, que se nega a autorizar a entrada de ajuda externa no país.

O Programa Alimentar Mundial da ONU (PAM) anunciou neste sábado a retomada dos vôos com ajuda humanitária para o sul de Mianmar, poucas horas depois de ter anunciado sua suspensão devido a restrições "inaceitáveis". A Casa Branca confirmou na sexta-feira que os generais aceitaram ajuda americana, que chegará ao país na segunda-feira em um avião militar C130.

Ainda assim, a ONU pediu fundos no valor de 187 milhões de dólares para ajudar Mianmar durante os próximos seis meses. No entanto, o secretário-geral da organização, Ban Ki-moon, não entrou em contato com o número um do regime de Mianmar, o general Than Shwe, segundo uma fonte da ONU. O general, de 75 anos, também desprezou os pedidos para o adiamento do referendo, que é a primeira oportunidade da população do país de votar desde os pleitos legislativos de 1990, vencidos pela Democracia (LND) de Suu Kyi.

Os militares se negaram a aceitar o resultado e mantiveram a líder da oposição, hoje com 62 anos, em prisão domiciliar na maior parte dos últimos 18 anos. Segundo a junta militar, a aprovação da Constituição abrirá caminho para eleições em 2010 e para uma "transferência de poder" progressivo aos civis. Os dissidentes, no entanto, afirmam que a nova Constituição aumentará ainda mais a supremacia do Exército, no poder desde 1962.

A oposição birmanesa foi excluída do processo de elaboração da Constituição que poderá tornar Suu Kyi inelegível, por um motivo controverso, seu casamento e seus dois filhos com um estrangeiro, o britânico Michael Aris, morto vítima de um câncer em 1999. Os órgãos de informação oficiais lançaram uma vasta campanha a favor de "sim" a pedido dos generais e a oposição pediu o "não", mas fracassou em defender o voto para a população, já que não obteve acesso aos meios de comunicação. Além disso, uma lei foi promulgada em fevereiro vetando qualquer tipo de distribuição de material hostil à consulta. No sábado, a junta militar continuava a não informar o número exato de eleitores com direito ao voto. Por outro lado, o ministro de Proteção Social, Maung Maung Swe, indicou na terça-feira que Mianmar têm 27 milhões de pessoas maiores de 18 anos, no entanto, esse número inclui monges e detentos, que não podem votar.

Myanmar: Oposição denuncia fraude no referendo

Correio de Manhã_10 maio 2008

A oposição birmanesa denunciou este sábado fraudes generalizadas no referendo de hoje em Myanmar ao projecto de Constituição da Junta Militar no poder. Segundo o porta-voz da Liga Nacional para a Democracia, partido da opositora ao regime Aung San Suu Kyi, agentes governamentais entraram nas casas dos eleitores que não foram votar e obrigaram-nos a assinar um documento atestando que votaram.

Nyan Win afirmou ainda que os centros de votação encerraram às 11h00 locais (04h30 TMG e em Lisboa), cinco horas antes do horário oficial das urnas. As declarações do porta-voz foram feitas à revista dissidente Irrawaddy, com sede na Tailândia.

Milícia pró-governamental ataca comboio de ajuda a vítimas em Mianmar

EFE_10 maio 2008

Um comboio de ajuda humanitária destinada às vítimas do ciclone "Nargis" em Mianmar (antiga Birmânia) foi atacado e saqueado por membros de uma organização paramilitar aliada ao regime, e que participou da repressão dos protestos de setembro do ano passado. Armados com cassetetes e facas,

vários integrantes da "Swan-ar Shin", uma "milícia patriótica" financiada pela Junta Militar, assaltaram os veículos de uma ONG não identificada e se apropriaram de parte do arroz que seria distribuído aos desabrigados.

Testemunhas citadas hoje pela publicação dissidente "The Irrawaddy" indicaram que o ataque aconteceu há dois dias no município de Thanlyin, ao sul de Yangon, a maior cidade do país. Os paramilitares não levaram todo o alimento, pois quiseram deixar um pouco para a Associação para o Desenvolvimento e Solidariedade da União (USDA), a milícia pró-governamental mais importante do país e que deseja se transformar em partido político para apresentar-se às eleições que o Governo birmanês anunciou para 2010.

Um voluntário que atua na região afirmou que é preciso pedir permissão e entregar parte dos mantimentos à USDA para ter acesso às zonas atingidas pelo ciclone. A USDA, uma milícia de aproximadamente 24 milhões de filiados auspiciada pela Junta Militar, é usada pelo regime para intimidar opositores e colaborou ativamente na repressão dos protestos a favor da democracia de setembro.

Seus membros patrulham as ruas das principais cidades do país, armados com cassetetes e varas para bater em monges, estudantes ou outros ativistas, e habitualmente organizam atos "espontâneos" de respaldo ao regime. Em 2003, vários de seus militantes participaram de um atentado contra a caravana da líder opositora Aung San Suu Kyi, um ataque que deixou mais de 100 mortos e levou a Junta Militar a colocar a Nobel da Paz sob prisão domiciliar. Pelo menos 23 mil pessoas morreram, 42 mil estão desaparecidas e 1,5 milhão perderam seus lares na passagem do ciclone por Mianmar.

Diplomatas ocidentais admitem 100 mil mortes

AFP_9 maio 2008

Oposição diz que o não adiamento do referendo é uma forma de os militares consolidarem o poder.

A pesar de terem morrido mais de 20 mil pessoas, de haver quase 40 mil desaparecidos e de estar 1,5 milhões sem abrigo - como consequência da passagem do ciclone Nargis, que devastou o sul de Myanmar há uma semana -, as mesas de voto abriram ontem em algumas regiões do país, para que a população participe num referendo sobre uma nova Constituição. Segundo o balanço oficial, o ciclone matou cerca de 23 mil pessoas e estão dadas como desaparecidas outras 37 mil. No entanto, diplomatas ocidentais em Rangum (Myanmar) admitem que o número de mortos possa ascender a 100.000. As organizações humanitárias são mais pessimistas, tendo em conta que os sobreviventes nada têm para beber ou comer.

Total de mortos em ciclone pode chegar a 10 mil em Mianmar, diz ministro

Folha Online_5 maio 2008

Os mortos pela passagem de um ciclone tropical que atingiu Mianmar no último sábado (3) --que já se aproximam dos 4.000-- podem chegar a 10 mil, informou o ministro de Relações Exteriores mianmarenses, Nyan Win, de acordo com fontes diplomáticas. Segundo diplomatas, Win levantou a

possibilidade durante reunião com representantes da ONU (Organização das Nações Unidas) e de agências internacionais de ajuda humanitária.

A contagem de mortos informada anteriormente era 351, mas o número subiu dramaticamente depois que autoridades locais contataram as ilhas e vilas mais atingidas da área de Irrawaddy. Segundo a MRTV, o número de vítimas do ciclone ainda pode subir.

"O delta de Irrawaddy foi extremamente atingido, não apenas por causa dos ventos e da chuva, mas por causa de uma tempestade", disse ontem Chris Kaye, coordenador da ação humanitária da ONU (Organização das Nações Unidas) em Yangun. O ciclone atingiu o sul do país e destruiu milhares de casas. Em várias regiões, o fornecimento de energia foi interrompido, linhas telefônicas foram cortadas e a queda de árvores bloqueou estradas.

Testemunhas em Yangun, cidade de cerca de 5 milhões de habitantes, disseram que a tempestade levou o telhado de centenas de casas, causou danos a hotéis, escolas e hospitais, e suspendeu o fornecimento de energia para toda a cidade. Longas filas se formaram nos postos de gasolina da cidade, a maior de Mianmar. O preço de um galão de petróleo dobrou no mercado negro. Os preços de vários alimentos triplicaram desde sábado.

Ajuda humanitária

De acordo com a rede de TV, agências humanitárias relataram que centenas de milhares de pessoas estão desabrigadas e sem acesso à água potável no país do sudeste asiático. Segundo Michael Annear, chefe da equipe de emergências da Cruz Vermelha Internacional (CICV), mantimentos foram entregues às vítimas, mas há necessidade de mais ajuda.

A Organização Mundial da Saúde, a Unicef e outras agências da ONU se reuniram nesta segunda-feira em Bancoc, na Tailândia, para examinar a situação e coordenar um plano de ação que incluirá reabrir estradas bloqueadas para facilitar o acesso às áreas necessitadas. Os cortes nas linhas telefônicas e a ausência de internet, que só deve voltar a funcionar em três dias, também dificultam os trabalhos. "Sabemos que centenas de milhares foram atingidos, mas não temos um número certo", disse Richard Horsey, do escritório local da ONU, à agência Reuters após o evento em Bancoc.

O escritório da ONU em Yangun informou que há necessidade urgente de sacos plásticos, purificadores de água, equipamentos de cozinha, redes para mosquitos, remédios e comida. De acordo com o escritório, a situação em Yangun é "crítica", com maior urgência para a necessidade de "abrigo e água potável".

Vítimas

Neste domingo, cinco regiões do país foram declaradas como áreas de desastre após a passagem do ciclone --cujos ventos atingiram até 190 km/hora. As informações eram que cerca de 75% das construções da localidade de Labutta haviam sido destruídas.

Na ilha de pescadores de Haing Gyi, soldados e equipes de voluntários civis encontraram outras 109 pessoas mortas. Em Day Da Ye, uma aldeia a cerca de 64 quilômetros ao sudoeste de Yangun, dezenas de corpos seguem abandonados pelas ruas da região.

Organizações humanitárias enviam ajuda a Mianmar

Afp_5 maio 2008

Organizações internacionais de ajuda humanitária começaram a enviar alimentos e água a Mianmar, depois que um violento ciclone devastou no fim de semana o sul do país, deixando mais de 350 mortos e milhares de desabrigados. Apesar da destruição provocada pelo ciclone tropical Nargis, a junta militar que governa o país anunciou que manterá, como previsto, para o próximo sábado um polêmico referendo constitucional, que segundo os opositores tem como objetivo reforçar o poder dos generais.

Com ventos de 190 km/h, o ciclone Nargis, que tocou o solo durante o fim de semana, deixou pelo 351 mortos e dezenas de milhares de desabrigados, de acordo com um balanço oficial provisório. Cinco regiões do país foram afetadas, em particular o delta de Irrawaddy.

Várias cidades costeiras ficaram totalmente destruídas, de acordo com o porta-voz da Federação Internacional da Cruz Vermelha, Michael Annear. A ajuda está lenta por causa dos problemas de mobilidade causados pela devastação. - Distribuimos material às pessoas que ficaram sem casa, lonas para cobrir os telhados danificados, pastilhas para purificar a água, assim como 5 mil l de água potável, fogareiros, mosquiteiros, cobertores e roupas para os mais necessitados - afirmou Annear.

- Saímos o mais rápido possível, mas tivemos problemas com a mobilidade devido à quantidade de escombros e postes elétricos que caíram. As autoridades e os habitantes limparam as estradas e a mobilidade melhorou - acrescentou. Centenas de monges budistas se uniram aos esforços dos moradores, da polícia e dos militares para limpar as ruas.

O governo militar anunciou que o referendo sobre uma nova Constituição acontecerá no próximo sábado, em um momento em que os preços dos alimentos triplicaram e a água é cada vez mais escassa. - Não queremos democracia, agora só queremos água - afirmou um homem com idade por volta de 30 anos na fila do poço de um vizinho em Yangon, capital econômica do país.

Porém, a junta, com sede na afastada capital Naypyidaw, insistiu em que "o referendo acontecerá dentro de alguns dias e a população do país o espera com impaciência", segundo o jornal oficial New Light of Myanmar.

- O governo de Mianmar anunciou que em 10 de maio de 2008 será celebrado um referendo sobre o projeto constitucional e que em 2010 serão organizadas eleições gerais democráticas de acordo com a nova Constituição - acrescenta o jornal, controlado pela junta. Os militares afirmam que o processo que será iniciado com o referendo de sábado resultará em eleições democráticas em 2010, mas os críticos garantem que servirá apenas para reforçar o poder dos generais birmaneses.

Mianmar mantém referendo constitucional apesar de ciclone

AFP_5 maio 2008

O referendo constitucional em Mianmar acontecerá no próximo sábado, como previsto, apesar do ciclone que devastou o sul do país e matou milhares de pessoas, informa o jornal oficial New Light of Myanmar.

"O referendo acontecerá dentro de poucos dias e o conjunto da população do país o espera com impaciência", afirma o jornal, controlado pela junta militar que governa o país. Um forte ciclone arrasou o sul de Mianmar no fim de semana, com um saldo de centenas de mortos, muitos edifícios destruídos e milhares de desabrigados.

Junta Militar destaca desenvolvimento e pede voto dos trabalhadores

Ultimo Segundo_1 maio 2008

A Junta Militar de Mianmar (antiga Birmânia) destacou hoje os benefícios obtidos pelos trabalhadores sob sua liderança e pediu o apoio dos operários para aprovar seu projeto constitucional no plebiscito de 10 de maio. O presidente do Conselho de Estado para a Paz e o Desenvolvimento, o general Than Shwe, disse em mensagem a toda a nação que "o Governo criou fábricas, zonas e regiões industriais para modernizar e desenvolver o Estado".

"É óbvio que a paz, a estabilidade e o progresso acontecem no país graças à liderança correta e aos esforços unidos de toda a população, incluindo os trabalhadores", assinalou Than Shwe, segundo a mensagem reproduzida pelo diário oficial "A Nova Luz de Myanmar". O "homem forte" de Mianmar pediu que a "massa de trabalhadores" apóie o texto constitucional que é apresentado para "construir uma nação com uma democracia dirigida". Os principais partidos da oposição democrática e das organizações das minorias étnicas rejeitaram o projeto constitucional impulsionado pelo regime militar.

O grupo defensor dos direitos humanos Human Rights Watch (HRW), com sede em Nova York, qualificou hoje de "farsa" o plebiscito, porque não "existem as condições para que se possa celebrar uma consulta livre e justa". "Desde que o anunciaram em fevereiro de 2008, o Governo aumentou a repressão e as detenções de opositores (...) há uma proibição quase total à liberdade de expressão, assembléia e associação", assegurou a HRW.

Junta Militar detém 70 opositores em Mianmar

Ultimo Segundo_29 abril 2008

A Junta Militar de Mianmar (antiga Birmânia) deteve nos últimos três dias 70 opositores, incluindo três monges budistas, por fazer campanha contra o projeto constitucional que será submetido a plebiscito no dia 10 de maio.

O secretário de Associação de Apoio aos Prisioneiros de Mianmar Ko Teik Naing afirmou em uma nota que dezenas de pessoas foram detidas no pagode de Shwedagon, em Yangon, quando protestavam contra o processo constitucional, enquanto outros foram presos em suas casas.

Naing relatou que a Polícia deteve todos os que tentaram fixar cartazes e distribuir folhetos contra o plebiscito. O regime também impediu a tentativa de vários monges de se reunir nos pagodes de Shwedagon, Sule e Kyaikasan, ponto de origem em setembro do ano passado das manifestações a favor da democracia lideradas pelos monges budistas que depois foram brutalmente sufocadas pelos soldados.

Após mais de dez anos de preparativos, o regime anunciou em fevereiro a realização do plebiscito constitucional, primeiro passo de seu chamado "Mapa de Caminho" em direção à democracia, que terminará, segundo seu plano, com eleições livres em 2010. No entanto, a líder opositora e Nobel da Paz Aung San Suu Kyi não poderá se candidatar, por ter sido casada com um estrangeiro e porque seus filhos possuem passaportes britânicos, segundo estipula a proposta da Carta Magna.

O texto é rejeitado pelo principal partido da oposição, a Liga Nacional pela Democracia (LND), o movimento estudantil, os religiosos e as minorias étnicas.

Oposição acusa Junta Militar de abusos em campanha em Mianmar

Ultimo Segundo_11 abril 2008

O principal partido de oposição em Mianmar (antiga Birmânia), a Liga Nacional pela Democracia (LND), acusou a Junta Militar de impor restrições e de usar a violência na campanha para o plebiscito do projeto constitucional, que acontecerá no dia 10 de maio, informou hoje a rádio dissidente. O porta-voz do LND, Han Thar Myint, afirmou que "enquanto os aliados da Junta fazem campanha na televisão e distribuem panfletos a favor do texto constitucional, a oposição sofre com restrições e o uso da violência".

O Governo aprovou em fevereiro uma lei que pune com até três anos de prisão os que fizerem campanha contra o texto constitucional, e criou grupos de voluntários para encorajar os cidadãos a votar a favor. Han Thar denunciou que estes grupos agrediram membros do LND em Yangun, umas das principais cidades de Mianmar.

O líder opositor afirmou que o regime militar, que anunciou a data do plebiscito na quarta-feira passada, não deu tempo suficiente aos cidadãos para que examinem a minuta da Constituição.

O Governo birmanês advertiu na quinta-feira as embaixadas estrangeiras a não aproveitarem a campanha para respaldar a LND e sua líder, a Nobel da Paz Aung San Suu Kyi. O jornal oficial "The New Light of Mianmar", usado pelo regime militar para divulgar suas mensagens, assinalou que "certos elementos estrangeiros estão interferindo em nossos assuntos internos, ajudando alguns partidos políticos locais, com a intenção de desestabilizar a nação".

O artigo denuncia que diplomatas credenciados em Yangun visitaram por até 19 vezes no mês passado a sede da Liga Nacional pela Democracia (LND), e lhes exigiu que suspendam essas atividades. Após mais de dez anos de preparativos, os generais que governam Mianmar anunciaram em fevereiro a realização do plebiscito constitucional, primeiro passo de seu chamado "Mapa de Caminho" em direção à democracia, que culminará, segundo afirmam, com eleições em 2010. No entanto, a proposta de Carta Magna proíbe Suu Kyi de concorrer nas eleições pelo fato de ela ter sido casada com um estrangeiro e porque seus filhos possuem passaportes britânicos.

Países ocidentais apresentam declaração sobre Mianmar a Conselho de Segurança

Ultimo Segundo_23 abril 2008

Estados Unidos, França e Reino Unido apresentaram nesta quarta ao Conselho de Segurança da ONU uma declaração em que pede a Mianmar (antiga Birmânia) que o plebiscito constitucional marcado para maio seja "idôneo" e conte com a participação da oposição.

O embaixador dos EUA na ONU, Zalmay Khalilzad, assegurou na saída de uma reunião do principal órgão das Nações Unidas que havia chegado o momento de enviar "uma mensagem firme" à Junta Militar que governa o país asiático.

"O Conselho não pode e não deve permanecer em silêncio em relação ao que houve e ao que não houve", afirmou Khalilzad. Para o embaixador, o "povo birmanês merece o respaldo do Conselho e da comunidade internacional". O texto solicitou ao Governo de Mianmar que inicie o mais rápido possível um diálogo com a líder da oposição e Prêmio Nobel da Paz, Aung San Suu Kyi, que permanece sob prisão domiciliar.

Khalilzad não esclareceu se a China, principal aliada de Mianmar no Conselho, aprova o conteúdo da declaração, mas insistiu que se deve enviar uma mensagem ao Governo birmanês. No entanto, o embaixador afirmou que os membros do Conselho observaram nos últimos meses que o regime militar não tomou os passos necessários para iniciar uma reforma democrática, uma exigência da comunidade internacional.

O texto solicitou às autoridades birmanesas que incluam a oposição na realização do plebiscito de maio, para que o pleito seja "livre e justo", e nas eleições programadas para 2010. A Liga Nacional pela Democracia (LND), liderada por Aung San Suu Kyi, pediu o voto contra o projeto constitucional preparado pela Junta Militar, mas restrições impostas à atividade política em Mianmar limitaram sua campanha.

A LND considerou o projeto constitucional inaceitável, pois mantém o "poder emanando do comandante-em-chefe, em vez do povo" e dá aos militares a possibilidade de intervir quando achar conveniente.

Líder opositora de Mianmar receberá Medalha de Ouro do Congresso dos EUA

Ultimo Segundo_25 abril 2008

O Senado dos Estados Unidos concluiu hoje a aprovação de um projeto para conceder a Medalha de Ouro do Congresso, a maior dignidade civil do país, à líder opositora de Mianmar (antiga Birmânia), a Nobel da Paz Aung San Suu Kyi. O projeto foi aprovado por aclamação na Câmara Alta, depois que este recebesse o respaldo da Câmara de Representantes em dezembro do ano passado. Ainda não foi anunciada a data da entrega da condecoração.

Um porta-voz da Campanha pela Democracia de Mianmar assinalou que a líder opositora seria a primeira pessoa a receber o prêmio quando ainda se encontra confinada em seu país. Suu Kyi, de 62 anos e que passou 12 dos últimos 18 anos presa ou sob prisão domiciliar, recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1991, quando seu partido, a Liga Nacional pela Democracia, venceu as eleições. A junta militar governante lhe impediu assumir o poder. Há um ano, a Medalha de Ouro do Congresso foi concedida ao dalai lama, líder espiritual do Tibete e que vive exilado na Índia.

Oposição de Mianmar denuncia detenção de ativistas contrários a plebiscito

Ultimo Segundo_15 abril 2008

O principal partido da oposição democrática de Mianmar (antiga Birmânia), a Liga Nacional pela Democracia (LND), denunciou hoje a detenção de 20 ativistas contrários à constituição que a Junta Militar submeterá a plebiscito em 10 de maio. O porta-voz da LND, Nyan Win, disse que as detenções ocorreram durante uma manifestação pacífica na cidade litorânea de Sittwe (oeste).

Nyan Win indicou que "se tornaram mais freqüentes as detenções de membros da LND e as ações de intimidação contra os que se opõem à minuta constitucional", segundo fontes da dissidência em Bangcoc. No domingo, outro protesto similar de pessoas que usavam camisetas com um "NÃO" escrito foi dispersado em Yangun sem detenções.

As autoridades de Mianmar detêm, em geral, todos aqueles que se opõem a seu projeto constitucional e utilizam todos os veículos de comunicação do país para dizer diariamente que a obrigação de todo cidadão é votar a favor da nova Constituição.

Na semana passada, o regime militar acusou "certas embaixadas estrangeiras de interferir nos assuntos internos de Mianmar e de violar a Convenção de Viena e as leis internacionais" por, entre outras coisas, os muitos contatos mantidos com a LND, segundo o jornal "A Nova Luz de Myanmar". A ONU reiterou à Junta Militar na quinta-feira passada que o plebiscito constitucional deve ser "livre e justo". Os principais grupos da oposição democrática e formações étnicas rejeitaram a Carta Magna proposta porque, em sua opinião, foi elaborada para perpetuar o regime militar no poder. O texto constitucional concede ao estamento militar 25% da capacidade do Parlamento bicameral, quota suficiente para derrubar emendas constitucionais.